



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 205/2024**

Florianópolis, 10 de outubro de 2024.

Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a minuta de Decreto que Introduz as Alterações 4.825 a 4.827 no RICMS/SC-01.

2. A Alteração 4.825 acrescenta o inciso XXI ao Art. 7º do Anexo 2 do RICMS/SC com o intuito de regulamentar o Art. 9º da Lei nº 19.052, de 29 de agosto de 2024.

3. Diante disso, o benefício da redução de base de cálculo de forma que a carga tributária seja equivalente a 12% (doze por cento) nas operações internas promovidas por estabelecimento industrial fabricante de postes de ferro galvanizado classificados no código 7326.90.00 da NCM passa a constar também no Regulamento.

4. Ademais, o §11 acrescentado ao Art. 7º do Anexo 2 do RICMS/SC estabelece a necessidade de concessão de regime especial pelo Diretor de Administração Tributária (Diat) para fruição do benefício tributário previsto no caput.

5. O benefício de redução da base de cálculo de que trata o inciso XXI do Art. 7º do Anexo 2 do RICMS corresponde à “cópia” do item 24 do Anexo VI do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná e também observou todo o procedimento legal para reinstituição previsto no Convênio ICMS nº 190, de 2017.

6. No que concerne à Alteração 4.826, foi acrescentado o inciso XLIX ao Art. 15 do Anexo 2 do RICMS/SC com o fito de regulamentar o Art. 7º da Lei nº 19.052, de 29 de agosto de 2024.

7. Para regulamentar o Art. 7º da Lei nº 19.052, de 2024, foi acrescentado o inciso XLIX no Art. 15 do Anexo 2 do RICMS/SC para instituir o crédito presumido aos estabelecimentos fabricantes de móveis enquadrados no código 3101-2/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em montante equivalente a

Excelentíssimo Senhor  
JORGINHO DOS SANTOS MELLO  
Governador do Estado  
Florianópolis – SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

5% (cinco por cento) sobre o valor da entrada, nas operações internas com as mercadorias mencionadas nas alíneas do referido dispositivo.

8. Ademais, o §57 acrescentado ao Art. 15 do Anexo 2 do RICMS/SC tem o intuito de: reproduzir as condições previstas no parágrafo único do Art. 7º da Lei nº 19.052, de 2024 nos incisos I e II; e estabelecer a necessidade de concessão de regime especial pelo Diretor de Administração Tributária (Diat) para fruição do benefício tributário previsto no caput.

9. O referido benefício de crédito presumido encontra-se no item 36 do Anexo VII do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto paranaense nº 7.871, de 2017, e observou todo o procedimento legal para reinstituição previsto no Convênio ICMS nº 190, de 2017.

10. Outrossim, a Alteração 4.827 acrescenta o inciso XX ao Art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC a fim de regulamentar o Art. 8º da Lei nº 19.052, de 29 de agosto de 2024.

11. Nessa esteira, para reproduzir no RICMS/SC o Art. 8º da Lei nº 19.052, de 2024, foi inserido o inciso XX no Art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC, estabelecendo o crédito presumido aos estabelecimentos fabricantes de torres para linhas de transmissão de energia e estruturas metálicas para subestações, classificadas no código 7308.20.00 da NCM, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do débito do imposto incidente sobre as saídas internas e interestaduais de tais mercadorias.

12. Ademais, o §42 acrescentado ao Art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC estabelece a necessidade de concessão de regime especial pelo Diretor de Administração Tributária (Diat) para fruição do benefício tributário previsto no caput.

13. O referido benefício de crédito presumido encontra-se no item 51 do Anexo VII do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto paranaense nº 7.871, de 2017, e observou todo o procedimento legal para reinstituição previsto no Convênio ICMS nº 190, de 2017.

14. Essas medidas têm fundamento no § 8º do art. 3º da Lei Complementar federal nº 160, de 2017, e na cláusula décima terceira do Convênio ICMS nº 190, de 2017, que autorizam a adesão dos Estados aos benefícios fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região, enquanto vigentes.

Respeitosamente,

**CLEVERSON SIEWERT**  
Secretário de Estado da Fazenda  
(assinado digitalmente)

**ANEXO ÚNICO**  
**COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
<b>Anexo 2 do RICMS/SC-01 – art. 7º, caput</b>	<b>Alteração 4.825</b>	
<p>Art. 7º Nas seguintes operações internas a base de cálculo do imposto será reduzida:</p> <p>.....</p>	<p>Art. 7º .....</p> <p>.....</p> <p>XXI – de forma que a carga tributária seja equivalente a 12% (doze por cento) nas operações promovidas por estabelecimento industrial fabricante de postes de ferro galvanizado classificados no código 7326.90.00 da NCM, desde que o destinatário seja contribuinte inscrito no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (CCICMS) deste Estado e a mercadoria destine-se à industrialização, à comercialização, ao uso ou ao ativo imobilizado, dispensado o estorno de crédito de que trata o art. 36 do Regulamento (art. 9º da Lei nº 19.052, de 2024).</p> <p>.....</p>	<p>A Alteração 4.825 acrescenta o inciso XXI ao Art. 7º do Anexo 2 do RICMS/SC com o intuito de regulamentar o Art. 9º da Lei nº 19.052, de 29 de agosto de 2024.</p> <p>Diante disso, o benefício da redução de base de cálculo de forma que a carga tributária seja equivalente a 12% (doze por cento) nas operações internas promovidas por estabelecimento industrial fabricante de postes de ferro galvanizado classificados no código 7326.90.00 da NCM passa a constar também no Regulamento, desde que o destinatário seja contribuinte inscrito no CCICMS.</p> <p>Ademais, o §11 acrescentado ao Art. 7º do Anexo 2 do RICMS/SC tem o intuito de estabelecer a necessidade de concessão de regime especial pelo Diretor de Administração Tributária (Diat) para fruição do benefício tributário previsto no caput.</p> <p>A medida tem fundamento no § 8º do art. 3º da Lei Complementar federal nº 160, de 2017, e na Cláusula Décima Terceira do Convênio ICMS nº 190, de 2017, que autorizam a adesão dos Estados aos benefícios fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região, enquanto vigentes.</p>
<b>Lei nº 19.052, de 2024 – art. 9º</b>		
<p>Art. 9º Fica reduzida a base de cálculo do ICMS de forma que a carga tributária seja equivalente a 12% (doze por cento) nas operações internas promovidas por estabelecimento industrial fabricante de postes de ferro galvanizado classificados no código 7326.90.00 da NCM, desde que o destinatário seja contribuinte inscrito no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (CCICMS) deste Estado e a mercadoria destine-se à industrialização, à comercialização, ao uso ou ao ativo imobilizado, observados os limites e as condições estabelecidos na regulamentação desta Lei.</p> <p>Parágrafo único. Não será exigido o estorno de crédito de que trata o art. 30 da Lei nº 10.297, de 1996, em relação às operações alcançadas pelo benefício fiscal de que trata o caput deste artigo.</p>	<p>§11. A fruição do benefício de que trata o inciso XXI do caput deste artigo dependerá de regime especial concedido pelo Diretor de Administração Tributária (art. 9º da Lei nº 19.052, de 2024). (NR)</p>	

		<p>O benefício de redução da base de cálculo de que trata o inciso XXI do Art. 7º do Anexo 2 do RICMS corresponde à “cópia” do item 24 do Anexo VI do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, e observou todo o procedimento legal para reinstituição previsto no Convênio ICMS nº 190, de 2017.</p>
--	--	---

Anexo 2 do RICMS/SC-01 – art. 15, caput	Alteração 4.826	Justificativa
<p>Art. 15. Fica concedido crédito presumido:</p> <p>.....</p>	<p>Art. 15. ....</p> <p>.....</p>	<p>A Alteração 4.826 acrescenta o inciso XLIX ao Art. 15 do Anexo 2 do RICMS/SC com o intuito de regulamentar o Art. 7º da Lei nº 19.052, de 29 de agosto de 2024.</p>
<p><b>Lei nº 19.052, de 2024 – arts. 7º</b></p>		
<p>Art. 7º Fica concedido, até 31 de dezembro de 2024, crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos fabricantes de móveis enquadrados no código 3101-2/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em montante equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da entrada, nas operações internas com as seguintes mercadorias, observados os limites e as condições estabelecidos na regulamentação desta Lei:</p> <p>I – painéis de partículas de madeira (MDP), classificados na subposição 4410.11 da NCM, exceto os classificados no código 4410.11.20 da NCM;</p> <p>II – painéis de fibras de madeira de média densidade (MDF), classificados nas subposições 4411.12 a 4411.14 da NCM; e</p> <p>III – chapas de fibras de madeira, classificadas nas subposições 4411.92 a 4411.94 da NCM.</p> <p>Parágrafo único. O benefício fiscal de que trata o caput deste artigo fica condicionado a que:</p> <p>I – as mercadorias:</p> <p>a) tenham sido adquiridas diretamente do estabelecimento fabricante localizado neste Estado; e</p> <p>b) sejam utilizadas na fabricação de móveis pelo estabelecimento beneficiado; e</p> <p>II – a saída dos móveis fabricados seja tributada.</p>	<p>XLIX – até 31 de dezembro de 2024, aos estabelecimentos fabricantes de móveis enquadrados no código 3101-2/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em montante equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da entrada, nas operações internas com as seguintes mercadorias (art. 7º da Lei nº 19.052, de 2024):</p> <p>a) painéis de partículas de madeira (MDP), classificados na subposição 4410.11 da NCM, exceto os classificados no código 4410.11.20 da NCM;</p> <p>b) painéis de fibras de madeira de média densidade (MDF), classificados nas subposições 4411.12 a 4411.14 da NCM; e</p> <p>c) chapas de fibras de madeira, classificadas nas subposições 4411.92 a 4411.94 da NCM.</p> <p>.....</p> <p>§ 57. A fruição do benefício de que trata o inciso XLIX do caput deste artigo fica condicionada ao seguinte (art. 7º da Lei nº 19.052, de 2024):</p> <p>I – a que as mercadorias tenham sido adquiridas diretamente do estabelecimento fabricante localizado neste Estado e sejam utilizadas na fabricação de móveis pelo estabelecimento beneficiado;</p>	<p>Dessa maneira, a fim de regulamentar o Art. 7º da Lei nº 19.052, de 2024, foi acrescentado o inciso XLIX no Art. 15 do Anexo 2 do RICMS/SC para instituir o crédito presumido aos estabelecimentos fabricantes de móveis enquadrados no código 3101-2/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em montante equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da entrada, nas operações internas com as mercadorias mencionadas nas alíneas do referido dispositivo.</p> <p>Ademais, o §57 acrescentado ao Art. 15 do Anexo 2 do RICMS/SC tem o intuito de: reproduzir as condições previstas no parágrafo único do Art. 7º da Lei nº 19.052, de 2024 nos incisos I e II; e estabelecer a necessidade de concessão de regime especial pelo Diretor de Administração Tributária (Diat) para fruição do benefício tributário previsto no caput.</p> <p>A medida tem fundamento no § 8º do art. 3º da Lei Complementar federal nº 160, de 2017, e na cláusula décima terceira do Convênio ICMS nº 190, de 2017, que autorizam a adesão dos Estados aos benefícios fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região, enquanto vigentes.</p>

	<p>II – a que a saída dos móveis fabricados seja tributada; e</p> <p>III – à concessão de regime especial pelo Diretor de Administração Tributária. (NR)</p>	<p>O referido benefício de crédito presumido encontra-se nos itens 36 do Anexo VII do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto paranaense nº 7.871, de 2017, e observou todo o procedimento legal para reinstituição previsto no Convênio ICMS nº 190, de 2017.</p>
--	--	---

Anexo 2 do RICMS/SC-01 – art. 21, caput	Alteração 4.827	Justificativa
<p>Art. 21. Fica facultado o aproveitamento de crédito presumido em substituição aos créditos efetivos do imposto, observado o disposto no art. 23:</p> <p>.....</p>	<p>Art. 21. ....</p> <p>.....</p>	<p>A Alteração 4.827 acrescenta o inciso XX ao Art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC com o intuito de regulamentar os Arts. 8º da Lei nº 19.052, de 29 de agosto de 2024.</p>
<p><b>Lei nº 19.052, de 2024 – arts. 8º</b></p>		
<p>Art. 8º Fica concedido, até 31 de dezembro de 2024, crédito presumido do ICMS, em substituição aos créditos efetivos do imposto, aos estabelecimentos fabricantes de torres para linhas de transmissão de energia e estruturas metálicas para subestações, classificadas no código 7308.20.00 da NCM, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do débito do imposto incidente sobre as saídas internas e interestaduais de tais mercadorias, observados os limites e as condições estabelecidos na regulamentação desta Lei.</p>	<p>XX – até 31 de dezembro de 2024, em substituição aos créditos efetivos do imposto, aos estabelecimentos fabricantes de torres para linhas de transmissão de energia e estruturas metálicas para subestações, classificadas no código 7308.20.00 da NCM, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto devido sobre as saídas internas e interestaduais de tais mercadorias (art. 8º da Lei nº 19.052, de 2024).</p> <p>.....</p> <p>§ 42. A fruição do benefício de que trata o inciso XX do caput deste artigo dependerá de regime especial concedido pelo Diretor de Administração Tributária. (NR)</p>	<p>Nessa esteira, com o intuito de reproduzir no RICMS/SC o Art. 8º da Lei nº 19.052, de 2024, foi inserido o inciso XX no Art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC, estabelecendo o crédito presumido aos estabelecimentos fabricantes de torres para linhas de transmissão de energia e estruturas metálicas para subestações, classificadas no código 7308.20.00 da NCM, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do débito do imposto incidente sobre as saídas internas e interestaduais de tais mercadorias.</p> <p>Ademais, o §42 acrescentado ao Art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC estabelece a necessidade de concessão de regime especial pelo Diretor de Administração Tributária (Diat) para fruição do benefício tributário previsto no caput.</p> <p>A medida tem fundamento no § 8º do art. 3º da Lei Complementar federal nº 160, de 2017, e na cláusula décima terceira do Convênio ICMS nº 190, de 2017, que autorizam a adesão dos Estados aos benefícios fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região, enquanto vigentes.</p> <p>O referido benefício de crédito presumido encontra-se no item 51 do Anexo VII do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo</p>

		Decreto paranaense nº 7.871, de 2017, e observou todo o procedimento legal para reinstituição previsto no Convênio ICMS nº 190, de 2017.
<b>CLÁUSULA DE VIGÊNCIA</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
	Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	Propõe-se que as Alterações 4.825 a 4.827 produzam efeitos a partir da data da sua publicação.